

S02

PERITO OFICIAL CRIMINAL •

Medicina Legal (Psiquiatria)

Instruções



Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**.
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas e a sequência de questões está correta.
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade!

Atenção!

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchidos e assinados.



22 de fevereiro



80 questões



14 às 19h



5h de duração*

Preencha abaixo o seu nome completo de forma legível (não abrevie o primeiro e o último nomes)

nº de ordem

<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>

Observações

Para prestar a Prova Escrita com questões objetivas, o candidato receberá um **caderno de questões** e um **cartão-resposta**, sendo responsável pela conferência dos dados impressos no seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta e pela transcrição correta das letras correspondentes às respostas que julgar corretas.

A existência de qualquer irregularidade no caderno de questões e/ou no cartão-resposta deve ser comunicada imediatamente ao Fiscal de Sala. A Coordenação do certame envidará todos os esforços para a rápida substituição dos materiais com defeito. Na impossibilidade da substituição do caderno de provas, o fiscal de sala fará a leitura correta do item impresso com incorreção ou o copiará para que todos anotem. O tempo gasto para a substituição ou correção dos materiais será acrescido ao tempo de duração da prova.

O candidato deverá marcar suas respostas no cartão-resposta utilizando caneta esferográfica feita de material transparente, de tinta azul ou preta, seguindo as instruções nele contidas.

As provas serão corrigidas exclusivamente com base nas marcações do cartão-resposta, sendo desconsideradas quaisquer anotações realizadas no caderno de questões.

O caderno de provas não será disponibilizado ao candidato e será descartado após o término do período recursal.

O preenchimento do cartão-resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no Edital e no cartão que não será substituído por erro do candidato.

Ao terminar a prova ou no horário determinado para o seu encerramento, o candidato entregará o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno de questões. Os três últimos candidatos que restarem na sala de prova só poderão entregar as provas simultaneamente.

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

5 questões

Texto 1

Impacto da Inteligência Artificial no Pensamento Crítico

No mundo contemporâneo, a inteligência artificial (IA) está se tornando uma ferramenta indispensável em diversas áreas, desde a medicina até o marketing digital. No entanto, um estudo recente realizado pela Microsoft em parceria com a Universidade Carnegie Mellon levanta preocupações significativas sobre o impacto dessa tecnologia nas habilidades cognitivas humanas.

A pesquisa revela que a dependência de instrumentos de IA para a execução de tarefas rotineiras pode levar a uma diminuição do pensamento crítico, uma habilidade essencial para a resolução de problemas complexos. Os cientistas alertam que, embora a IA aumente a eficiência, ela também reduz o engajamento crítico dos usuários, especialmente em ambientes onde a supervisão se torna mais comum do que a execução direta de tarefas.

Dentro desse contexto, profissionais de marketing e tecnologia devem refletir sobre seu papel na integração de IA em seus processos, garantindo que o uso dessas tecnologias fortaleça, em vez de enfraquecer, as habilidades humanas no longo prazo.

Desafios do Uso de IA no Trabalho

O estudo mencionou que a utilização de IA permitiu a realização de tarefas mais eficientes, mas também destacou que uma confiança excessiva nessas tecnologias pode resultar em um pensamento analítico superficial. Situações comuns onde isso ocorreu incluem a criação de apresentações por professores usando o DALL-E e traders que utilizam o ChatGPT da OpenAI para gerar recomendações estratégicas.

A pesquisa envolveu 319 profissionais que relataram suas experiências ao usar IA. Muitos participantes mencionaram que sentiram uma redução na necessidade de exercício do pensamento crítico quando as respostas geradas pareciam confiáveis, mas se envolveram mais criticamente quando percebiam ainda alguma incerteza nas soluções propostas pela IA.

Fatores Influenciadores do Pensamento Crítico

Uma série de fatores pode influenciar o quanto as pessoas exercem seu pensamento crítico. O estudo revelou que sob condições de pressão de tempo, a habilidade de pensar de forma crítica tende a diminuir. Por outro lado, cenários de alto risco podem aumentar essa capacidade, uma vez que um erro pode ter consequências sérias.

Essas observações são fundamentais para empresas que buscam integrar IA em suas operações. Criar ambientes que incentivem a análise crítica e reflexão pode ser essencial para maximizar os benefícios da IA sem sacrificar as capacidades cognitivas dos colaboradores.

[...]

Regulando a Dependência Cognitiva

Uma das principais recomendações da Microsoft para minimizar a “atrofia” cognitiva é garantir que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário. Isso pode incluir metodologias que ajudam os usuários a desenvolverem suas habilidades analíticas, como verificar fatos e analisar argumentos complexos.

A IA deve ser vista como uma parceira, facilitando o desenvolvimento de competências críticas em vez de substituir a necessidade delas. Esta abordagem motivacional pode ser o diferencial para criar um ecossistema digital mais robusto e sustentável.

A Nova Era da Inteligência Coletiva

Conscientes das pressões tecnológicas, empresas e indivíduos precisam adotar uma postura crítica e consciente sobre como a IA é incorporada em nossa rotina profissional e pessoal. Aqueles que equilibram essa adaptação com o fortalecimento de suas habilidades cognitivas estarão, sem dúvida, mais bem preparados para moldar o futuro.

Rodrigo Neves
Presidente Nacional da AnaMid
CEO da VitaminaWeb

Fonte: <https://www.anamid.com.br/impacto-da-inteligencia-artificial-no-pensamento-critico>

1. De acordo com o **Texto 1**, a inteligência artificial influencia o exercício do pensamento crítico não por sua existência enquanto tecnologia, mas principalmente porque:

- a. introduz erros frequentes e imprevisíveis, exigindo que o usuário abandone critérios racionais de avaliação.
- b. acelera processos cognitivos complexos, tornando o pensamento crítico algo que se faz automaticamente.
- c. ao não ter interação com outros humanos, interagindo apenas com a máquina, o usuário acaba se isolando e perdendo sua capacidade de supervisão e criticidade.
- d. resulta da substituição progressiva do pensamento crítico por mecanismos automáticos de avaliação emocional, nos quais as decisões passam a ser orientadas por preferências subjetivas estimuladas pela interface das ferramentas de IA.
- e. ao gerar respostas percebidas como confiáveis em tarefas rotineiras, desloca o usuário da execução ativa para uma postura de supervisão, reduzindo a necessidade de engajamento analítico contínuo.

2. Considere o período:

“Uma série de fatores pode influenciar o quanto as pessoas exercem seu pensamento crítico.”

Assinale a alternativa **correta** quanto ao tipo de sujeito da oração principal.

- a. Oração sem sujeito.
- b. Sujeito indeterminado.
- c. Sujeito determinado oculto.
- d. Sujeito determinado simples.
- e. Sujeito determinado composto.

3. Levando em consideração o período do **Texto 1**:

“Uma das principais recomendações da Microsoft para minimizar a ‘atrofia’ cognitiva é garantir que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário.”

Assinale apenas o segmento do período que se configura como uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

- a. para minimizar a atrofia cognitiva
- b. é garantir que as ferramentas de IA
- c. garantir o aprendizado do usuário
- d. uma das principais recomendações da Microsoft
- e. que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário

4. Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, qual diferença se estabelece entre o tratamento conferido ao Presidente da República e ao Vice-Presidente da República nos textos oficiais?

- a. O uso de Vossa Senhoria substitui Vossa Excelência quando o destinatário ocupa a Vice-Presidência da República, conforme norma geral do Manual.
- b. O Presidente da República é tratado por Vossa Senhoria no corpo do texto, ao passo que o Vice-Presidente da República é tratado por Vossa Excelência.
- c. O tratamento Excelentíssimo Senhor aplica-se tanto ao Presidente quanto ao Vice-Presidente da República, utilizando a mesma forma também de abreviação.
- d. O vocativo Senhor é exclusivo do Presidente da República, enquanto o Vice-Presidente da República deve ser tratado por Vossa Senhoria em todas as partes do texto.
- e. O Presidente da República deve ser tratado, no vocativo, como Excelentíssimo Senhor Presidente da República, enquanto o Vice-Presidente recebe, no vocativo, o tratamento Senhor Vice-Presidente da República, embora ambos sejam tratados no corpo do texto por Vossa Excelência.

5. Em redação oficial, segundo as normas estabelecidas pelo Manual de Redação da Presidência da República, como deve ser grafado, em e-mail ou documento oficial, o termo que indica o exercício do cargo de forma interina ou como substituto?

- a. O termo interino ou substituto deve estar disposto logo após a função, sem hífen e com inicial minúscula. Ex.: Diretor-Geral interino
- b. O termo interino ou substituto deve estar disposto logo após a função, acompanhado de hífen obrigatório e com inicial minúscula. Ex.: Diretor-Geral-interino
- c. O termo interino ou substituto deve estar disposto antes da nomenclatura da função exercida pelo servidor, com inicial maiúscula e hífen posterior. Ex.: Interino-Diretor-Geral
- d. O termo interino ou substituto deve ser redigido entre parênteses ou colchetes, após a função exercida pelo servidor. Ex.: Diretor-Geral (interino)
- e. O termo interino ou substituto deve estar disposto logo após a função, sem hífen e com inicial maiúscula. Ex.: Diretor-Geral Interino

Língua Inglesa

5 questões

Criminal forensics, also known as forensic science, is a field that applies scientific methods and technical knowledge to the investigation of crimes. Forensic experts analyze physical evidence collected from crime scenes, such as fingerprints, DNA, weapons, documents, and digital data. **Their** work aims to reconstruct events and provide reliable technical evidence to support the criminal justice system. They also play a vital role in criminal investigations because they apply scientific knowledge to examine evidence related to crimes.

Forensic professionals must act with objectivity, **impartiality**, and scientific rigor. Proper evidence handling, including documentation and preservation, is essential to maintain the integrity of the evidence. One of the most important responsibilities of a criminal expert is maintaining objectivity. Instead of focusing on proving guilt or innocence, the expert's duty is to analyze evidence in an impartial and scientific manner. This ensures that the conclusions presented in forensic reports are reliable and can be used in court.

One of the most important principles forensic work is the chain custody, which ensures that all evidence is properly tracked collection final presentation in court.

Another key aspect of the criminal expert's work is evidence preservation. Crime scenes must be **carefully** protected to avoid contamination or loss of material. The expert documents each step of the evidence handling process through the chain of custody, which records who collected the evidence, how it was stored, and when it was transferred.

By providing accurate and well-documented technical reports, criminal experts support the justice system and contribute to fair legal decisions.

6. Which alternative presents the **correct** prepositions that are missing in the third paragraph of the text?

- a. at • for • from • by
- b. by • for • from • to
- c. in • of • from • to
- d. in • off • about • at
- e. on • off • from • to

7. According to the passage, which of the following affirmatives can be inferred from the text?

- 1. The main purpose of criminal forensics is to provide scientific and technical evidence for legal proceedings.
- 2. A forensic expert is primarily responsible for representing the prosecution in court.
- 3. Forensic professionals must be impartial, which means they should analyze evidence objectively and scientifically.
- 4. Evidence preservation at a crime scene is important because it speeds up the trial process.
- 5. DNA analysis in forensic science is mainly used to replace fingerprint analysis.

Choose the alternative which contains the **correct** affirmatives.

- a. Only affirmative 2 is correct.
- b. Only affirmative 4 is correct.
- c. Only affirmatives 1 and 3 are correct.
- d. Only affirmatives 2 and 5 are correct.
- e. Only affirmatives 3 and 4 are correct.

8. Match Column 2 with the correct meanings of the words in Column 1.

Column 1 Words

- 1. duty
- 2. accurate
- 3. aim
- 4. reliable
- 5. avoid

Column 2 Meanings

- () able to be trusted.
- () intend.
- () repudiate.
- () a moral or legal obligation.
- () correct in all details; exact.

Choose the alternative which presents the **correct** sequence, from top to bottom.

- a. 1 • 2 • 4 • 5 • 3
- b. 2 • 4 • 1 • 3 • 5
- c. 3 • 5 • 2 • 4 • 1
- d. 4 • 3 • 5 • 1 • 2
- e. 5 • 1 • 3 • 2 • 4

9. Study these sentences and decide if they are true (T) or false (F), according to structure and grammar use.

- () The word **their** in the first paragraph: *Their work aims to reconstruct events and provide reliable...*, refers to **Forensic experts**.
- () The underlined word in the second paragraph, *must*, is an example of a modal verb and it expresses strong duty.
- () The expression *the most important...* is an example of the comparative of equality degree.
- () The negative form of the sentence *This ensures that the conclusions presented in forensic reports are reliable and can be used in court.* is *This don't ensure that the conclusions presented in forensic reports are not reliable and couldn't be used in court.*
- () The word **key** in *Another key aspect of the criminal expert's work is evidence preservation.* can be replaced by **essential** without changing its meaning.

Choose the alternative which presents the **correct** sequence, from top to bottom.

- a. T•T•F•T•F
- b. T•T•F•F•T
- c. T•F•T•F•F
- d. F•T•F•T•F
- e. F•F•T•T•T

10. Study these sentences and decide if they are true (T) or false (F), according to vocabulary, structure and grammar use.

- () The following words from the text **support**, **expert** and **data** mean in Portuguese, respectively: *suportar*, *esperto* and *data*.
- () In the sentence *Another key aspect of the criminal expert's work is evidence preservation*, the apostrophe **s ('s)**, indicates that the work is related to the expert.
- () In the sentence *They also play a vital role in criminal investigations...* the underlined word means *to have a crucial function in something's success*.
- () The indirect speech of the following sentence from the text *This ensures that the conclusions presented in forensic reports are reliable and can be used in court.* is *This ensured that the conclusions presented in forensic reports were reliable and could be used in court.*
- () The words **impartiality** (second paragraph) and **carefully** (fourth paragraph) are examples of adverbs.

Choose the alternative which presents the **correct** sequence, from top to bottom.

- a. T•T•T•T•F
- b. T•F•T•F•T
- c. T•F•F•F•T
- d. F•T•T•T•F
- e. F•F•F•T•T

Matemática e Raciocínio Lógico 10 questões

11. Em um conjunto de 80 vestígios cadastrados, seja F o subconjunto dos vestígios fotografados e D o subconjunto dos vestígios com cadeia de custódia digital registrada.

Sabe-se que: F tem 50 elementos, D tem 38 elementos e a intersecção de F e D tem 22 elementos.

Quantos vestígios possuem exatamente um dos dois registros (foto ou cadeia digital, mas não ambos)?

- a. 28
- b. 34
- c. 44
- d. 56
- e. 66

12. Em um procedimento de recebimento de vestígios, o manual interno estabelece:

“Se o lacre do invólucro está íntegro, então o vestígio é aceito como não violado.”

Qual alternativa expressa uma ideia logicamente equivalente, mantendo o sentido do protocolo?

- a. Se o vestígio é aceito como violado, então o lacre não está íntegro.
- b. Se o vestígio é aceito como não violado, então o lacre está íntegro.
- c. Se o lacre não está íntegro, então o vestígio é aceito como violado.
- d. O lacre estar íntegro é condição necessária para o vestígio ser aceito como não violado.
- e. Se o vestígio é aceito como não violado, então o lacre não está íntegro.

13. Durante a análise de um vídeo entregue para perícia, o setor trabalha com o seguinte procedimento técnico:

- “Se o vídeo foi extraído diretamente do equipamento original, então o arquivo gerado terá o código de verificação (resumo criptográfico) exatamente igual ao registrado no momento da coleta.”
- “Se o código de verificação não confere com o registrado, então o vídeo não pode ser considerado tecnicamente confiável.”

No caso analisado, ficou registrado o seguinte fato:

- “O vídeo foi considerado tecnicamente confiável.”

Com base apenas nessas informações, o que obrigatoriamente é verdadeiro?

- a. O código de verificação conferiu com o registrado.
- b. O vídeo foi extraído diretamente do equipamento original.
- c. O vídeo poderia ser considerado tecnicamente confiável mesmo que o código de verificação não conferisse.
- d. Se o vídeo não foi extraído do original, então o código de verificação não confere.
- e. Não é possível concluir nada sobre o código de verificação.

14. Em um laboratório de perícia digital, a quantidade de imagens forenses validadas é diretamente proporcional ao número de peritos atuando, ao número de horas trabalhadas por dia, ao número de dias de trabalho e ao número de estações de processamento disponíveis (mantidas as mesmas condições técnicas e o mesmo padrão de qualidade).

Sabe-se que 6 peritos, trabalhando 5 horas por dia durante 4 dias, com 2 estações de processamento, validam 240 imagens forenses.

Em uma operação maior, atuarão 9 peritos, por 6 horas por dia durante 5 dias, com 3 estações. Porém, por exigências de procedimento (registro e conferência de integridade, documentação e conferência de cadeia de custódia), 10% do tempo total de trabalho será destinado a atividades que não produzem validações.

Quantas imagens forenses serão validadas nessa operação?

- a. Mais de 740
- b. Mais de 735 e menos de 740
- c. Mais de 730 e menos de 735
- d. Mais de 725 e menos de 730
- e. Menos de 725

15. Em um exame de comparação de resíduos, três tipos de partículas X, Y, Z são quantificadas indiretamente por três leituras instrumentais L_1 , L_2 , L_3 .

Sob condições controladas (sem ruído e com calibração válida), o laboratório modela as leituras como combinações lineares das quantidades (em unidades arbitrárias) de X, Y, Z:

$$\begin{aligned} \blacksquare L_1 &= X + 2Y + Z \\ \blacksquare L_2 &= 2X + Y + Z \\ \blacksquare L_3 &= X + Y + 2Z \end{aligned}$$

Para uma amostra, obteve-se: $L_1 = 8$, $L_2 = 9$, $L_3 = 7$.

Neste caso, a soma das quantidades X, Y, e Z é:

- a. 6
- b. 8
- c. 10
- d. 12
- e. 14

16. Um perito mede a altura de um orifício em uma parede usando um clinômetro. Ele se posiciona a 25 m da parede, com o clinômetro a 1,50 m do solo, e mede ângulo de elevação de 18° até o orifício.

Use $\tan(18^\circ) = 0,325$.

A altura do orifício em relação ao solo é, aproximadamente:

- a. Maior que 9,7 m
 b. Maior que 9,6 m e menor que 9,7 m
 c. Maior que 9,5 m e menor que 9,6 m
 d. Maior que 9,4 m e menor que 9,5 m
 e. Menor que 9,4 m.

17. Em um ajuste de calibração, três fatores x, y, z (correções) devem satisfazer o sistema:

$$\begin{cases} kx + y + z = 1 \\ x + ky + z = 1 \\ x + y + kz = 1 \end{cases}$$

onde k é um parâmetro real definido pela rotina do equipamento.

O produto dos possíveis valores de k , para os quais o sistema acima não tem solução única, é:

- a. -2
 b. -1
 c. 0
 d. 1
 e. 2

18. Em um laboratório pericial, cada amostra coletada passa por duas etapas independentes antes de ser liberada para análise: triagem e conferência documental.

Em média:

- 3% das amostras falham na triagem (são reprovadas nessa etapa);
- 2% das amostras falham na conferência documental (são reprovadas nessa etapa);

Considere que as falhas nas duas etapas são independentes.

Qual é a probabilidade de uma amostra ser reprovada em pelo menos uma das duas etapas?

- a. Maior que 5,01%
 b. Maior que 4,96% e menor que 5,01%
 c. Maior que 4,91% e menor que 4,96%
 d. Maior que 4,86% e menor que 4,91%
 e. Menor que 4,86%

19. Cinco peritos {A, B, C, D, E} devem ser designados para três cenas distintas (Cena 1, 2 e 3); um perito por cena, sem repetição.

Sabe-se que A deve obrigatoriamente ir para a Cena 1 e que B e C não podem ambos estar entre os designados para as Cenas 2 e 3 (isto é, é proibido usar B e C simultaneamente nas Cenas 2 e 3).

Quantas designações são possíveis?

- a. 6
 b. 8
 c. 9
 d. 10
 e. 12

20. Em um software de reconstituição, um ponto no plano é representado por $z = x + iy$. O ponto $z = 3 - 4i$ é rotacionado de 90° no sentido anti-horário em torno da origem, o que corresponde à multiplicação por i .

Qual é o novo ponto?

- a. $-4 - 3i$
 b. $-3 + 4i$
 c. $3 + 4i$
 d. $4 - 3i$
 e. $4 + 3i$

Noções de Direito Penal e Processual Penal

5 questões

21. Assinale a alternativa **correta** acerca dos crimes contra o patrimônio.

- a. O crime contra o patrimônio poderá ser considerado qualificado quando for possível a atenuação da pena ou a sua substituição por medidas alternativas.
- b. Os crimes contra o patrimônio praticados sem o uso de violência são considerados imprescritíveis.
- c. Aquele que se apropria de bem, cuja guarda lhe foi legitimamente conferida pelo seu proprietário, comete o crime de receptação.
- d. O crime de roubo difere do crime de furto em razão da violência ou grave ameaça realizada contra o objeto do delito.
- e. O crime de furto se consuma quando o agente da infração penal passa a ter o poder sobre o objeto do furto.

22. Assinale a alternativa **correta** em relação à culpabilidade.

- a. O consentimento da vítima é causa obrigatória de isenção de culpabilidade.
- b. A culpabilidade do agente poderá ser excluída em razão de obediência hierárquica.
- c. A embriaguez do autor do crime afasta totalmente a sua culpabilidade.
- d. Quando a ação do agente está prevista em um tipo penal, pode-se dizer que há sempre culpabilidade.
- e. A legítima defesa, quando relacionada ao grau de culpabilidade do agente, exclui a ilicitude da sua conduta.

23. Assinale a alternativa **correta** acerca dos sujeitos da infração penal.

- a. Apenas a pessoa física poderá ser sujeito passivo de uma infração penal.
- b. Qualquer pessoa poderá ser sujeito ativo de uma infração penal.
- c. O Estado que teve a sua norma penal violada é o sujeito passivo formal de uma infração penal.
- d. O sujeito ativo formal de uma infração penal é aquele que pratica uma conduta delituosa e, ao mesmo tempo, sofre os efeitos negativos do crime perpetrado.
- e. Um agente será considerado sujeito ativo de uma infração penal quando praticar uma conduta com dolo.

24. Assinale a alternativa **correta** acerca do inquérito policial.

- a. Todos os atos e procedimentos realizados ao longo do inquérito policial deverão ser documentados.
- b. Por ser considerado um procedimento inquisitivo, a conclusão final da autoridade policial possui valor preponderante para a condenação do acusado.
- c. O inquérito policial tem a mesma função jurisdicional da ação penal porque em ambos ocorre a busca pela autoria e materialidade de uma infração penal.
- d. Por se tratar de um procedimento preliminar, deverá tramitar em sigilo, sendo vedado o seu acesso a qualquer dos investigados.
- e. A ausência de contraditório e ampla defesa durante a fase do inquérito policial são causas de nulidade do procedimento.

25. Assinale a alternativa **correta** acerca do inquérito policial.

- a. Após a conclusão do inquérito policial, a polícia judiciária decidirá se dará prosseguimento à ação penal decorrente do crime investigado.
- b. O inquérito policial é um procedimento de natureza administrativa destinado à reunião de informações preliminares que possibilitem o ajuizamento ou não de uma ação penal.
- c. O Ministério Público é o órgão titular do inquérito policial, sendo a polícia judiciária um ator auxiliar para a apuração da autoria e materialidade de uma infração penal.
- d. A condução do inquérito policial é atribuição exclusiva das forças militares e tem por objetivo apurar a materialidade e os indícios de autoria de um crime.
- e. O inquérito policial é o conjunto de diligências realizadas pela vítima e seus familiares com o objetivo de levantar provas que apontem para a autoria e materialidade de uma infração penal.

Noções de Direito Constitucional e Administrativo

5 questões

26. Assinale a alternativa **correta** em relação à administração pública.

- a. O servidor público de cargo efetivo poderá ser readaptado para o exercício em cargo com outras atribuições quando não se adaptar às atribuições do seu cargo originário.
- b. Nenhuma espécie de parcela pecuniária poderá exceder ao limite do teto constitucional, que, hoje, é subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça.
- c. O servidor público será diretamente responsável pelos atos praticados que, no exercício da sua função, causarem danos a terceiros.
- d. Todo ato ilícito praticado por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízo ao erário, bem como as respectivas ações de ressarcimento, são considerados imprescritíveis.
- e. O servidor público não perderá o vínculo com o regime próprio de previdência durante o prazo de afastamento para o exercício de mandato eletivo.

27. Assinale a alternativa **correta** acerca da responsabilidade civil do Estado.

- a. A responsabilidade civil do Estado poderá ser afastada quando estiverem presentes, além do nexo de causalidade, os seguintes elementos: i. coação; ii. culpa de terceiro; e iii. boa-fé.
- b. Sempre que um terceiro sofrer um dano praticado por qualquer agente estatal, o Estado deverá responder civilmente.
- c. Não havendo má-fé, o Estado não poderá ser responsabilizado por ato de seus prepostos que tenham causado danos a terceiros.
- d. A responsabilidade civil objetiva do Estado não se confunde com a responsabilidade subjetiva dos seus agentes, esta última, pressuposto da ação regressiva.
- e. A responsabilidade civil do Estado na forma objetiva é restrita aos órgãos da administração direta.

28. Assinale a alternativa **correta** acerca da improbidade administrativa.

- a. Os atos de improbidade administrativa são considerados tipos penais, ou seja, crimes.
- b. A voluntariedade não é motivo suficiente para caracterizar um ato de improbidade administrativa.
- c. As penas previstas na Lei de Improbidade Administrativa não são extensíveis às pessoas jurídicas.
- d. Somente o Ministério Público poderá representar e determinar que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- e. Recebida a ação de improbidade administrativa, o réu perderá, cautelarmente, a sua função pública e terá os seus direitos políticos suspensos.

29. Acerca da nacionalidade brasileira, são cargos privativos de brasileiros natos:

1. Ministro de Estado da Fazenda
2. Presidente do Senado Federal
3. Presidente da Câmara dos Deputados
4. Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b. São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
- c. São corretas apenas as afirmativas 2 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- e. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.

30. Assinale a alternativa **correta** acerca dos direitos e garantias fundamentais.

- a. Todo cidadão tem direito à gratuidade na emissão da certidão de óbito.
- b. As normas que instituem os direitos e garantias fundamentais possuem eficácia diferida no tempo.
- c. Nos termos da lei, é assegurado o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive por meio digital.
- d. Por motivo de segurança profissional, o preso não poderá conhecer a identificação dos responsáveis por sua prisão.
- e. O mandado de segurança poderá ser impetrado para retificação de dados, quando o impetrante não preferir fazê-lo por processo sigiloso ou administrativo.

Noções de Criminalística

5 questões

31. Assinale a alternativa **correta** acerca da balística.

- a. Denomina-se engajamento o pequeno espaço que o projétil percorre após o estouro da pólvora antes de tocar as raías do cano.
- b. A pólvora de queima lenta mantém a aceleração do projétil por mais tempo, sendo mais bem aproveitada em armas de canos longo.
- c. Nas armas de fogo de alma raiada, o calibre real é a medida direta na boca do cano.
- d. O tamanho do cano da arma é inversamente proporcional à velocidade do projétil.
- e. Quanto maior o calibre da arma de fogo, maior será a velocidade que o seu projétil atingirá ao sair do cano.

32. Assinale a alternativa que indica **corretamente** a etapa da cadeia de custódia que se caracteriza pelo ato de distinguir um elemento como de potencial interesse para a produção da prova pericial.

- a. Coleta
- b. Transporte
- c. Processamento
- d. Reconhecimento
- e. Acondicionamento

33. Assinale a alternativa **correta**.

- a. O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- b. O exame de corpo de delito poderá ser realizado por qualquer servidor, desde que pertença ao quadro de efetivos e possua qualificação técnica pertinente ao objeto da perícia.
- c. O exame de autópsia deverá ser realizado em até seis horas após a constatação do óbito.
- d. O exame de corpo de delito poderá ser substituído pela prova testemunhal quando o simples exame externo e ocular forem suficientes para a apuração da infração penal.
- e. A fim de comprovar a veracidade e as conclusões do exame de corpo de delito, após decorridos trinta dias da sua realização, deverá a autoridade policial determinar a realização do denominado exame complementar de perícia.

34. Assinale a alternativa **correta**.

- a. Após realizada a perícia de laboratório, com provas fotográficas, micrográficas, desenhos e esquemas ilustrativos, deverá o perito descartar todo o material periciado.
- b. O agente público deverá dar prioridade à realização de exame de corpo de delito quando o delito envolver violência doméstica ou contra mulher.
- c. Uma vez produzido o laudo pericial por perito devidamente qualificado, não poderá o juiz divergir ou descartar a sua conclusão da perícia.
- d. Por ser uma prova exclusivamente judicial, o exame de sanidade mental do acusado somente poderá ser realizado no curso da ação penal.
- e. Para a avaliação correta do estado psíquico do acusado, a perícia de integridade mental não deverá ter prazo inferior a quarenta e cinco dias.

35. A realização de perícia em caso de incêndio deverá verificar:

1. A extensão do dano e o seu valor.
2. Se foram necessários escalada, destruição ou rompimento de obstáculo para a contenção das chamas.
3. A causa e o lugar de início.
4. O perigo que resultou para a vida.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas **corretas**.

- a. São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- b. São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- c. São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- d. São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.
- e. São corretas as afirmativas 1, 2, 3 e 4.

Noções de Medicina Legal

5 questões

36. Em uma investigação de morte suspeita em ambiente confinado, o perito médico-legal avalia sinais de asfixia para determinar se a causa foi intencional, auxiliando na qualificação como homicídio ou acidente.

O conceito de asfixiologia forense, enfatizando seu papel na elucidação criminal é de:

- a. Análise exclusiva de intoxicações químicas sem relação com privação respiratória.
- b. Foco em traumas cranianos e de cabeça e pescoço, ignorando alterações pulmonares.
- c. Estudo de asfixias traumáticas, com privação de oxigênio de causas traumáticas e dolosas.
- d. Estudo de patologias cardiopulmonares crônicas que potencializam mortes traumáticas por privação de oxigênio.
- e. Estudo das mortes por privação de oxigênio, analisando mecanismos e sinais *postmortem* para diferenciar causas criminosas de acidentes em perícias.

37. Em uma investigação criminal de um suposto homicídio por agressão, o perito médico-legal deve analisar as lesões para determinar se elas foram causadas por traumatismos com implicações jurídicas, auxiliando na elucidação do crime.

Esta análise descreve o objeto de estudo da traumatologia forense na perícia criminal caracterizado como:

- a. Estudo das lesões corporais e suas consequências jurídicas, permitindo identificar a causalidade do dano em contextos criminais.
- b. Análise exclusiva de traumas psicológicos e emocionais sem relação com lesões físicas.
- c. Especialidade médica voltada para tratamentos cirúrgicos para vítimas de crimes violentos.
- d. Análise com exames complementares de imagem de lesões internas, ignorando as externas.
- e. Área de conhecimento da ortopedia e traumatologia que trata de eventos traumáticos.

38. Durante a perícia em uma cena de crime envolvendo agressão física, o perito oficial criminal identifica lesões para classificar a energia envolvida, o que pode indicar o tipo de arma usada e o *modus operandi* do agressor.

Conforme a classificação de Traumatologia Forense, a energia mecânica responsável por lesões contundentes, comum em investigações de espancamentos é a:

- a. Energia térmica por queimaduras, sem relação com impactos mecânicos.
- b. Energia química por substâncias corrosivas, como ácidos.
- c. Energia de impacto por agentes contundentes, que causa contusões e fraturas sem perfuração da pele, auxiliando na reconstrução do crime.
- d. Energia elétrica por choques, independentemente de objetos contundentes.
- e. Energia radiante por exposições a laser, não aplicável a lesões mecânicas.

39. Em um caso de suspeita de homicídio disfarçado de acidente, o médico-legista examina as lesões para verificar sinais de reação vital, o que ajuda a determinar se as injúrias ocorreram antes ou após a morte, influenciando a qualificação criminal.

Baseado em conceitos de Traumatologia Médico-Legal, qual é o significado da reação vital em lesões, aplicado à investigação forense?

- a. Reação exclusiva a lesões químicas, sem relevância para traumas mecânicos.
- b. Sinais de decomposição cadavérica, não relacionados a lesões vitais.
- c. Processo de cicatrização pós-morte, irrelevante para perícias criminais.
- d. Presença de inflamação, hemorragia e reparação tecidual em lesões *antemortem*, permitindo diferenciar traumas *perimortem* de *postmortem* em cenas de crime.
- e. Ausência total de sangramento em qualquer tipo de lesão, independentemente do momento da morte.

40. Na análise de um corpo encontrado em uma cena de crime com múltiplas lesões, o perito criminal classifica os tipos de ferimentos para inferir o mecanismo de agressão e possível intenção homicida.

A característica conceitual das lesões incisivas, frequentemente observadas em investigações de agressões com armas brancas é de:

- a. Lesões irregulares com esmagamento tecidual, típicas de impactos contundentes.
- b. Perfurações profundas sem sangramento externo, exclusivas de projéteis.
- c. Abrasões superficiais por fricção, sem corte na pele.
- d. Contusões internas sem rompimento da pele, independentemente de cortes.
- e. Ferimentos lineares com bordas regulares e pouca perda tecidual, causados por agentes cortantes, úteis para identificar armas em contextos criminais.

Conhecimentos Específicos

Conhecimentos Específicos da área

40 questões

41. Em uma investigação criminal de agressão física, o perito médico-legal realiza o exame de corpo de delito, para documentar lesões e subsidiar a materialidade do crime, auxiliando na qualificação jurídica.

O conceito principal de corpo de delito, enfatizando seu papel na prova pericial em contextos criminais, é o:

- a. Conjunto de relatos orais e depoimentos que confirmam a narrativa do crime, incluindo testemunhos auditivos analisados pelo investigador para determinar a versão dos fatos e sua credibilidade.
- b. Conjunto de impactos emocionais que afetam o estado mental da vítima, incluindo traumas psicológicos avaliados pelo especialista para compreender o sofrimento interno e sua profundidade.
- c. Conjunto de evidências forenses em itens não biológicos que indicam a prática do crime, incluindo ferramentas inanimadas inspecionadas pelo técnico para verificar o uso criminoso e sua relevância.
- d. Conjunto de vestígios materiais que comprovam a existência do crime, incluindo lesões corporais examinadas pelo perito para estabelecer a ocorrência delituosa e sua gravidade.
- e. Conjunto de prejuízos financeiros que demonstram o dano econômico do crime, incluindo perdas patrimoniais calculadas pelo avaliador para quantificar o impacto monetário e sua extensão.

42. A medicina legal é o ramo da medicina que, enfatizando seu papel na elucidação de fatos jurídicos em contextos criminais, é:

- a. O estudo exclusivo de patologias clínicas sem relação com o sistema jurídico.
- b. O foco em tratamentos terapêuticos para vítimas de crimes, ignorando perícias.
- c. A análise apenas de aspectos psicológicos, excluindo exames físicos.
- d. A investigação de doenças crônicas não ligadas a eventos traumáticos ou violentos.
- e. A ciência que aplica conhecimentos médicos ao direito, auxiliando na análise de provas biológicas e lesões para qualificar crimes como homicídios ou acidentes simulados.

43. Em uma perícia de morte por envenenamento, o especialista em medicina legal integra conhecimentos para determinar a intencionalidade, impactando a tipificação penal.

A interface conceitual entre medicina legal e direito penal, aplicada à elucidação forense, é a:

- a. Aplicação de exames periciais para verificar elementos do crime, como materialidade e autoria, auxiliando na distinção entre dolo, culpa ou inocência em processos criminais.
- b. Aplicação de princípios éticos médicos para avaliar condutas profissionais, como negligência ou imprudência, auxiliando na distinção entre erro médico e ato intencional em contextos hospitalares.
- c. Aplicação de análises clínicas rotineiras para diagnosticar patologias subjacentes, como doenças crônicas ou infecções, auxiliando na distinção entre causas naturais e externas em avaliações médicas gerais.
- d. Aplicação de protocolos administrativos para revisar registros hospitalares, como prontuários e prescrições, auxiliando na distinção entre falhas operacionais e irregularidades em auditorias internas.
- e. Aplicação de técnicas de reabilitação para tratar sequelas em sobreviventes, como terapias físicas ou psicológicas, auxiliando na distinção entre danos reversíveis e permanentes em cuidados pós-incidente.

44. Em um caso de suspeita de abuso sexual, o médico-legista segue princípios éticos para garantir a imparcialidade do laudo, influenciando a credibilidade da prova em juízo.

Nesse cenário, o princípio ético fundamental na medicina legal, aplicado à investigação criminal, é a:

- a. Priorização de interesses pessoais do perito sobre o judiciário.
- b. Divulgação pública de laudos antes da conclusão judicial.
- c. Imparcialidade e o sigilo profissional, assegurando que o perito atue como auxiliar da justiça sem viés, preservando a cadeia de custódia em evidências biológicas.
- d. Exclusão de exames éticos em casos de violência.
- e. Ignorância de códigos de ética médica em contextos forenses.

45. Na elaboração de um laudo pericial para um homicídio, o perito criminal redige documentos para subsidiar a acusação ou defesa, com valor probatório.

São características do laudo médico-legal, frequentemente utilizado em investigações criminais:

- a. Relato preliminar de observações iniciais, com interpretações provisórias sobre mecanismos de lesão, utilizado para orientar buscas iniciais sem qualificação definitiva do delito.
- b. Relato técnico-científico detalhado de exames, com conclusões objetivas sobre lesões ou causas de morte, essencial para qualificar o crime e identificar autores.
- c. Relatório complementar de análises laboratoriais isoladas, focado em dados toxicológicos parciais, aplicado em fases administrativas sem integração direta com evidências judiciais penais.
- d. Análise descritiva de vestígios periféricos em cena, com sugestões hipotéticas sobre dinâmicas do evento, sem exigência de validação pericial ou assinatura oficial para uso em tribunal.
- e. Foco em avaliações médicas rotineiras de vítimas sobreviventes, ignorando causas de óbito e priorizando tratamentos clínicos, sem relevância para reconstrução de fatos criminais.

46. Durante a análise de um caso de negligência médica com desfecho fatal, o perito oficial criminal examina o prontuário para verificar evoluções clínicas e possíveis omissões, auxiliando na determinação de responsabilidade criminal.

O prontuário médico é um:

- a. Documento resumido e abreviado de procedimentos, excluindo anamneses e exames, sem necessidade de assinatura médica para validar entradas, e inapropriado para identificar culpas em processos penais por homicídio culposo.
- b. Registro limitado e específico a prescrições farmacêuticas, incluindo dosagens e medicamentos, mas ignorando evoluções clínicas e exames, inútil para identificar omissões em processos penais por negligência médica.
- c. Arquivo confidencial e restrito de informações pessoais, incluindo dados sensíveis e históricos, mas inacessível a perícias judiciais e irrelevante para determinar culpas em casos de homicídio culposo.
- d. Registro cronológico e detalhado de atendimentos, incluindo anamneses e exames, útil para reconstruir sequências de eventos e identificar culpas em processos penais por homicídio culposo.
- e. Relato subjetivo e opinativo de percepções médicas, incluindo impressões e hipóteses, sem valor como prova material em crimes e inadequado para reconstruir eventos em investigações penais.

47. Durante a perícia em uma vítima de violência sexual, o perito oficial criminal classifica o exame para registrar achados que comprovem o delito, influenciando a tipificação penal.

Assinale a alternativa **correta** sobre a classificação conceitual do exame de corpo de delito direto, comum em investigações de lesões corporais.

- a. Exame realizado diretamente no corpo da vítima ou ofendido, identificando lesões como hematomas ou lacerações para provar a materialidade do crime em tempo hábil.
- b. Exame realizado indiretamente por meio de documentos ou relatos, avaliando evidências como fotografias ou testemunhos para inferir a materialidade do crime sem contato físico.
- c. Exame realizado exclusivamente em cadáveres ou restos mortais, analisando sinais como rigidez ou livores para determinar a causa da morte em casos de falecimento.
- d. Exame realizado em vestígios ambientais ou cenas externas, coletando amostras como resíduos ou objetos para estabelecer a conexão com o delito independentemente do corpo.
- e. Exame realizado para fins administrativos ou burocráticos formais, registrando dados como protocolos ou arquivos para cumprir obrigações legais sem relevância na prova técnica.

48. A medicina legal forense é a especialidade médica e jurídica que:

- a. Faz a aplicação exclusiva ao direito civil, focada em disputas patrimoniais e familiares, sem qualquer envolvimento em processos penais ou investigações criminais.
- b. Utiliza conhecimentos em bioética médica, abrangendo dilemas éticos em tratamentos clínicos, sem conexões diretas com perícias ou análises em contextos forenses judiciais.
- c. Utiliza conhecimentos técnico-científicos da medicina para esclarecer fatos de interesse da justiça, auxiliando juízes e autoridades na tomada de decisões baseadas em evidências biológicas.
- d. Examina apenas processos de vivos para avaliar lesões corporais recentes, ignorando completamente a análise de cadáveres ou vestígios *postmortem* em cenas de crime.
- e. Analisa de questões administrativas em instituições de saúde, não aplicável a perícias criminais ou reconstrução de fatos em investigações judiciais violentas.

49. Em uma investigação criminal de homicídio, o perito médico-legal deve atuar com imparcialidade para garantir a validade do laudo, evitando viés que comprometa a justiça.

De acordo com o Código de Ética Médica, qual é o princípio ético fundamental na perícia médica, enfatizando seu papel na elucidação de fatos criminais?

- a. Priorização de interesses da defesa sobre a acusação em laudos periciais, permitindo ajustes nos relatos observados com base em pressões internas, prejudicando a verificação de causalidade e intencionalidade em ações judiciais.
- b. Imparcialidade e veracidade, obrigando o perito a relatar fatos observados sem influências externas, auxiliando na comprovação de autoria e materialidade em processos penais.
- c. Divulgação de informações sigilosas para agilizar investigações, autorizando o perito a compartilhar dados confidenciais sem restrições legais, comprometendo a proteção de vítimas e suspeitos em inquéritos policiais.
- d. Recusa sistemática de perícias em casos de violência familiar, orientando o perito a evitar exames detalhados com justificativas pessoais, ignorando a necessidade de provas materiais e circunstâncias em procedimentos criminais.
- e. Ênfase em opiniões pessoais em detrimento de evidências científicas, incentivando o perito a priorizar interpretações subjetivas sem suporte factual, afetando a análise de lesões e causas em contextos forenses.

50. Durante a perícia em uma vítima de estupro, o médico-legal preserva o sigilo para proteger a dignidade da vítima, mas compartilha achados com autoridades judiciais para subsidiar a acusação.

O sigilo profissional na perícia médica, aplicado a contextos criminais, é de:

- a. Ignorância do sigilo em casos de suspeita de simulação de crime, orientando o médico a desconsiderar restrições éticas ao lidar com indícios falsos, comprometendo a análise objetiva em investigações de fraudes.
- b. Compartilhamento público de laudos para transparência social, autorizando a divulgação ampla de relatórios periciais sem filtros legais, afetando a confidencialidade de vítimas e acusados em ações penais.
- c. Exclusão do sigilo em perícias administrativas não judiciais, permitindo ao perito ignorar obrigações de reserva em contextos burocráticos, prejudicando a integração de provas em inquéritos criminais.
- d. Permissão para revelar dados irrestritos a familiares sem autorização judicial, permitindo ao perito compartilhar detalhes coletados mesmo em ausência de ordem oficial, violando a preservação de evidências em processos de violência.
- e. Obrigação de manter confidencialidade sobre informações obtidas, exceto quando requisitado por autoridade competente, garantindo a integridade da prova em inquéritos de crimes sexuais.

51. Em uma perícia de cena de crime com lesões múltiplas, a traumatologia forense correlaciona injúrias com mecanismos delituosos, auxiliando na reconstrução dos fatos.

Qual é o escopo principal da traumatologia forense, enfatizando sua contribuição para a elucidação de crimes violentos?

- a. Estudo exclusivo de traumas psicológicos sem conexão com danos físicos, focando em impactos emocionais para descartar violências ou lesões em inquéritos policiais.
- b. Ênfase em tratamentos cirúrgicos para vítimas de delitos graves, priorizando recuperação clínica para ignorar origens traumáticas em análises forenses.
- c. Análise de lesões corporais e suas implicações jurídicas, identificando causalidade e intencionalidade para qualificar homicídios ou agressões em processos penais.
- d. Exame apenas de injúrias internas ignorando as externas visíveis, limitando a avaliação a órgãos profundos para simplificar relatórios em juízos criminais.
- e. Investigação de doenças crônicas não associadas a eventos agudos, concentrando em patologias hereditárias para excluir traumas em contextos investigativos.

52. Em uma investigação criminal de sequestro infantil, o perito utiliza testes de DNA para confirmar vínculos biológicos, auxiliando na identificação de vítimas e suspeitos.

O princípio fundamental da investigação de paternidade por DNA, enfatizando sua aplicação em contextos forenses criminais, é a(o):

- a. Estudo exclusivo de traços fenotípicos visíveis sem uso de sequenciamentos, focando em características físicas para descartar ou validar heranças em inquéritos de adoções ilegais.
- b. Análise de marcadores genéticos como STRs para calcular probabilidades de parentesco, essencial para excluir ou confirmar laços biológicos em casos de tráfico de crianças.
- c. Ênfase em testes sorológicos tradicionais ignorando perfis genéticos, priorizando grupos sanguíneos para simplificar identificações em perícias de disputas familiares.
- d. Exame apenas de DNA mitocondrial limitando a linhagens maternas, concentrando em heranças unilaterais para negligenciar paternidade em análises de crimes contra menores.
- e. Investigação de mutações somáticas não hereditárias sem relevância forense, direcionando a variações adquiridas para excluir vínculos em contextos de falsificações identitárias.

53. Na análise pericial de um homicídio materno-infantil, o médico-legal usa DNA para contestar maternidade alegada, subsidiando a reconstrução de motivos criminosos.

A característica conceitual dos testes de DNA em maternidade contestada, frequentemente usada em investigações de infanticídio, é:

- a. A verificação de compartilhamento de alelos maternos em regiões hipervariáveis para validar ou refutar laços, essencial para identificar encobrimentos em cenas de mortes neonatais.
- b. A análise exclusiva de sequências repetitivas paternas sem referência materna, limitando a heranças unilaterais para desconsiderar mães em perícias de abandonos criminosos.
- c. O foco em eletroforese capilar obsoleta ignorando NGS moderno, priorizando separações básicas para atrasar conclusões em laudos de crimes contra vulneráveis.
- d. O exame de amostras degradadas *postmortem* sem correção forense, concentrando em fragmentos instáveis para comprometer acurácia em análises de corpos exumados.
- e. O estudo de perfis genéticos populacionais sem individualização, direcionando a estatísticas gerais para generalizar resultados em contextos de investigações familiares.

54. Em uma investigação criminal de homicídio qualificado, o perito psiquiatra forense avalia a capacidade mental do acusado para determinar imputabilidade, influenciando a sentença penal.

Qual é o princípio fundamental da avaliação de capacidade mental em psiquiatria forense, enfatizando sua aplicação em contextos de crimes violentos?

- a. Ênfase em avaliações psicológicas superficiais sem exames psiquiátricos profundos, focando em relatos testemunhais para afirmar sanidade mental em inquéritos de agressões intencionais.
- b. Priorização de testes cognitivos isolados ignorando histórico clínico completo, concentrando em memória recente para validar capacidade em perícias de roubos com violência.
- c. Exclusão de entrevistas familiares limitando a autorrelatos do réu, direcionando a narrativas pessoais para simplificar laudos em investigações de crimes passionais.
- d. Investigação de influências ambientais externas sem diagnóstico psiquiátrico, orientando a fatores sociais para negar transtornos em contextos de delitos premeditados.
- e. Análise de transtornos mentais, como esquizofrenia, para excluir imputabilidade penal, permitindo isenção de culpa quando há delírios ativos durante o ato delituoso em processos judiciais.

55. Durante a perícia em um caso de estupro com suspeita de psicopatia, o psiquiatra forense classifica o transtorno para inferir imputabilidade, afetando a qualificação como crime hediondo.

Na Psiquiatria Forense, o conceito de imputabilidade penal em psiquiatria forense, comum em investigações de violência sexual, é de:

- a. Ausência total de responsabilidade em qualquer desvio comportamental menor, ampliada em ansiedades leves para isentar culpas em perícias de assaltos não violentos.
- b. Ênfase em sanidade plena ignorando comorbidades psiquiátricas, priorizando normalidade para impor penas máximas em inquéritos de furtos qualificados.
- c. Limitação a avaliações neurológicas sem integração psiquiátrica, focando em lesões cerebrais para excluir mentais em análises de crimes contra patrimônio.
- d. Capacidade de compreender ilicitude e autodeterminar-se conforme o entendimento, reduzida em transtornos graves como psicose, essencial para modular penas em ações penais graves.
- e. Investigação exclusiva de dependências químicas sem transtornos primários, direcionando a adições para negar imputabilidade em contextos de tráfico ilícito.

56. Em um inquérito de fraude processual com alegação de insanidade, o perito detecta simulação para evitar condenação, impactando a credibilidade da defesa.

Qual é o manejo conceitual da simulação de doença mental em psiquiatria forense, aplicado à investigação criminal?

- a. Aceitação inicial de sintomas autorrelatados sem verificações cruzadas, orientando a narrativas subjetivas para validar insanidade em perícias de evasões fiscais.
- b. Priorização de exames laboratoriais isolados, ignorando avaliações clínicas, concentrando em biomarcadores para confirmar simulações em inquéritos de corrupções.
- c. Identificação de inconsistências em relatos e testes como *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI) para desmascarar fingimentos, permitindo qualificar agravantes penais em casos de encenações delituosas.
- d. Exclusão de observações prolongadas limitando a sessões breves, direcionando a entrevistas curtas para agilizar laudos em investigações de lavagens monetárias.
- e. Ênfase em influências culturais externas sem análise individual, focando em padrões sociais para desconsiderar fingimentos em contextos de crimes econômicos.

57. Na análise pericial para concessão de liberdade condicional a um condenado por homicídio, o psiquiatra forense avalia risco de reincidência, subsidiando decisões judiciais.

Qual é a característica conceitual da avaliação de risco em psiquiatria forense, frequentemente usada em investigações de progressão de regime?

- a. Uso de ferramentas como HCR-20 para prever violência futura baseada em histórico, crucial para recomendar restrições em liberdades de autores de crimes contra a vida.
- b. Dependência exclusiva de autoavaliações sem escalas validadas, permitindo relatos pessoais para minimizar riscos em perícias de progressões em delitos menores.
- c. Foco em fatores demográficos isolados ignorando clínicos, priorizando idade e gênero para simplificar previsões em inquéritos de reinserções sociais.
- d. Limitação a entrevistas únicas sem follow-up longitudinal, concentrando em momentos iniciais para acelerar decisões em análises de regimes semiabertos.
- e. Investigação de contextos econômicos externos sem avaliação psíquica, direcionando a condições financeiras para negar riscos em contextos de crimes patrimoniais.

58. Em uma perícia de vítimas de tortura em contexto criminal, o especialista avalia transtornos do estresse-pós-traumáticos (TEPT) para qualificar danos morais e agravantes.

A integração conceitual da psiquiatria forense em vítimas de trauma, aplicada à elucidação forense, fundamenta-se na(o):

- a. Negação de impactos duradouros em relatos iniciais sem critérios padronizados, orientando a sintomas transitórios para minimizar danos em inquéritos de agressões leves.
- b. Diagnóstico de TEPT via critérios DSM-5 para documentar sequelas psíquicas, auxiliando na comprovação de crueldade e indenizações em processos por crimes hediondos.
- c. Ênfase em exames físicos isolados ignorando mentais, priorizando lesões corporais para excluir psíquicas em perícias de violências não letais.
- d. Exclusão de testemunhos corroborativos limitando a autorrelatos, focando em narrativas isoladas para simplificar laudos em investigações de maus-tratos.
- e. Investigação de resiliências inatas sem intervenção diagnóstica, direcionando a forças pessoais para desconsiderar transtornos em contextos de crimes continuados.

59. Em uma investigação criminal de violência contra a mulher em ambiente familiar, o perito psiquiatra forense avalia sequelas mentais para qualificar agravantes, influenciando a tipificação como crime hediondo.

O princípio fundamental da avaliação psiquiátrica em vítimas de violência doméstica, enfatizando sua aplicação em contextos de inquéritos policiais, deve ser de:

- a. Ênfase em avaliações superficiais de resiliência emocional sem diagnóstico diferencial profundo, focando em adaptações positivas para minimizar impactos em perícias de agressões leves.
- b. Priorização de testes neuropsicológicos isolados ignorando relatos traumáticos, concentrando em funções cognitivas para excluir mentais em análises de violências não físicas.
- c. Exclusão de entrevistas com familiares limitando a autorrelatos da vítima, direcionando a narrativas isoladas para agilizar laudos em investigações de maus-tratos conjugais.
- d. Investigação de fatores genéticos hereditários sem contexto ambiental, orientando a predisposições inatas para negar influências abusivas em contextos de crimes continuados.
- e. Identificação de transtornos como TEPT e depressão reativa para documentar danos psíquicos crônicos, essencial para comprovar ciclos de abuso e subsidiar medidas protetivas em processos penais.

60. Durante a perícia em um caso de feminicídio com histórico de ciúme patológico, o psiquiatra forense classifica transtornos para inferir imputabilidade, afetando a qualificação penal.

Assinale a alternativa **correta** sobre o conceito de imputabilidade em agressores de violência contra a mulher, comum em investigações de homicídios qualificados.

- a. Sanidade plena assumida em ciúmes normativos sem avaliação de patologias subjacentes, priorizando racionalidade para impor condenações máximas em inquéritos de assédios morais.
- b. Ênfase em dependências alcoólicas isoladas ignorando comorbidades emocionais, focando em intoxicações agudas para isentar culpas em perícias de agressões impulsivas.
- c. Limitação a exames neurológicos sem integração psiquiátrica relacional, concentrando em lesões cerebrais para excluir dinâmicas abusivas em análises de violências íntimas.
- d. Capacidade reduzida em transtornos como personalidade *borderline* para compreender ilicitude, crucial para modular penas e recomendar tratamentos em ações penais por crimes de gênero.
- e. Investigação exclusiva de influências culturais sem diagnóstico individualizado, direcionando a normas sociais para negar transtornos em contextos de crimes passionais.

61. Em uma investigação criminal de homicídio com delírios persecutórios, o psiquiatra forense classifica o transtorno para determinar a influência na conduta delituosa, afetando a imputabilidade penal.

O princípio fundamental da classificação de transtornos psicóticos em psicopatologia forense, enfatizando sua aplicação em contextos de crimes violentos, consiste na:

- a. Identificação de esquizofrenia paranoide via DSM-5 para avaliar perda de contato com a realidade, essencial para isentar ou atenuar penas em processos por atos impulsivos por alucinações.
- b. Ênfase em transtornos afetivos bipolares sem critérios psicóticos específicos, focando em oscilações de humor para validar sanidade em inquéritos de agressões impulsivas não delirantes.
- c. Priorização de distúrbios ansiosos isolados ignorando elementos alucinatórios, concentrando em fobias sociais para excluir psicose em perícias de violências domésticas rotineiras.
- d. Exclusão de avaliações neuropsicológicas limitando a relatos clínicos superficiais, direcionando a sintomas autorrelatados para simplificar laudos em investigações de delitos premeditados.
- e. Investigação de personalidades antissociais sem integração de sintomas psicóticos, orientando a traços comportamentais para negar delírios em contextos de crimes organizados.

62. Durante a perícia em um caso de estupro serial com traços narcisistas, o psiquiatra forense analisa o transtorno para inferir padrões comportamentais, influenciando a avaliação de risco reincidente.

O conceito de transtornos de personalidade em psicopatologia forense, comum em investigações de violência sexual, é de:

- a. Classificação de transtornos obsessivo-compulsivos sem ênfase em impulsividade, priorizando rituais repetitivos para minimizar riscos em perícias de assédios não violentos.
- b. Ênfase em distúrbios somatoformes isolados ignorando dinâmicas interpessoais, focando em queixas físicas para excluir personalidades em análises de crimes contra patrimônio.
- c. Limitação a testes projetivos sem escalas validadas de personalidade, concentrando em associações livres para agilizar conclusões em inquéritos de furtos qualificados.
- d. Diagnóstico de transtorno antissocial via *Psychopathy Checklist-Revised* (PCL-R) para identificar falta de empatia persistente, crucial para prever reincidência e recomendar custódia prolongada em ações penais hediondas.
- e. Investigação exclusiva de influências traumáticas precoces sem diagnóstico estrutural, direcionando a infâncias abusivas para negar padrões em contextos de delitos isolados.

63. Em um inquérito de fraude com alegação de depressão incapacitante, o perito detecta dissimulação para evitar responsabilidades penais, impactando a validade da defesa.

Assinale a alternativa **correta** sobre o manejo conceitual da dissimulação em psicopatologia forense, aplicado à investigação criminal.

- a. Aceitação de autodescrições depressivas sem verificações de inconsistências, orientando a relatos emocionais para confirmar incapacidades em perícias de evasões fiscais.
- b. Priorização de neuroimagem funcional isolada ignorando avaliações comportamentais, concentrando em ativações cerebrais para validar dissimulações em inquéritos de corrupções.
- c. Uso de instrumentos como *Miller Forensic Assessment of Symptoms Test* (M-FAST) para revelar minimização de sintomas funcionais, permitindo expor encobrimentos e fortalecer acusações em casos de simulações processuais.
- d. Exclusão de confrontações clínicas limitando a observações passivas, focando em sessões não interventivas para acelerar laudos em investigações de lavagens monetárias.
- e. Ênfase em contextos socioeconômicos externos sem análise intrapessoal, direcionando a pressões financeiras para desconsiderar fingimentos em contextos de crimes econômicos.

64. Em uma investigação criminal de homicídio culposo no trânsito com suspeita de embriaguez, o perito médico-legal realiza dosagem alcoólica para correlacionar níveis com incapacidade de dirigir, influenciando a qualificação penal.

O critério médico-legal principal para diagnóstico de embriaguez etílica, enfatizando sua aplicação em contextos de infrações ao Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), é de:

- a. Sintomas clínicos isolados, como euforia, sem mensuração alcoólica objetiva, focando em relatos testemunhais para validar incapacidade em perícias de evasões de local de acidente.
- b. Testes etilométricos abaixo de 0,34 mg/L, ignorando concentrações sanguíneas, priorizando sopros iniciais para excluir embriaguez em inquéritos de lesões corporais leves.
- c. Análises toxicológicas exclusivas de urina limitando a amostras não sanguíneas, concentrando em metabólitos tardios para negligenciar níveis agudos em análises de direção perigosa.
- d. Avaliações neurológicas superficiais sem integração de dosagens bioquímicas, orientando a reflexos alterados para negar causalidade em contextos de multas administrativas.
- e. Dosagem sanguínea acima de 0,6 g/L confirmando embriaguez penal, essencial para comprovar materialidade em colisões fatais e subsidiar imputação de dolo eventual em processos judiciais.

65. Na elaboração de laudo pericial para um roubo qualificado sob efeito de cocaína, o médico-legal classifica a influência para determinar modulação de pena, subsidiando o judiciário.

Assinale a alternativa que indica **corretamente** legislação penal brasileira frequentemente usada em investigações de crimes patrimoniais agravados.

- a. Artigo 28 do Código Penal tratando embriaguez voluntária como agravante, essencial para justificar penas majoradas e identificar padrões de dependência em processos por latrocínio.
- b. Artigo 65 do Código Penal considerando embriaguez involuntária como atenuante exclusiva, priorizando isenções totais para minimizar responsabilidades em perícias de furtos simples.
- c. Lei nº 13.840/2019 limitada a internações compulsórias ignorando agravantes criminais, focando em tratamentos para excluir influências em inquéritos de receptações.
- d. Normas do CFM sobre sigilo médico sem referência a qualificações penais, concentrando em confidencialidades para agilizar relatórios em investigações de fraudes.
- e. Resoluções judiciais *ad hoc* sem base legal estatutária, direcionando a decisões casuísticas para negar modulações em contextos de crimes contra o patrimônio.

66. Durante a necropsia em um caso de morte infantil suspeita de espancamento, o médico-legal analisa radiografias para inferir lesões antigas, afetando a reconstrução cronológica do abuso.

O achado radiológico característico da síndrome da criança espancada, comum em investigações de infanticídio, é de:

- a. Calcificações lineares uniformes sugerindo lesões únicas acidentais, priorizando consolidações rápidas para minimizar repetições em perícias de quedas domésticas isoladas.
- b. Fraturas metafisárias em estágios de consolidação variados indicando traumas repetidos, crucial para comprovar ciclos abusivos e qualificar dolo em ações penais por homicídio doloso.
- c. Anomalias congênitas ósseas sem evidências de traumas acumulados, focando em malformações genéticas para excluir abusos em inquéritos de síndromes hereditárias.
- d. Edemas periosteais agudos limitados a eventos recentes não crônicos, concentrando em inflamações passageiras para negar padrões em análises de contusões superficiais.
- e. Deslocamentos articulares espontâneos por hiperatividade infantil sem fraturas, orientando a mobilidades excessivas para desconsiderar violências em contextos de recreações.

67. Durante a perícia em um caso de lesões recorrentes em criança com internações frequentes, o médico-legal identifica o transtorno na cuidadora para inferir abuso intencional, afetando a qualificação como crime de tortura.

Assinale a alternativa que se refere **corretamente** à síndrome de Munchausen por procuração, comum em investigações de violência contra vulneráveis.

- a. Indução acidental de doenças em filhos por negligência parental não dolosa, priorizando omissões culposas para minimizar intenções em perícias de abandonos emocionais não físicos.
- b. Transmissão genética de transtornos factícios a descendentes sem intervenções externas, focando em heranças familiares para excluir abusos em inquéritos de disputas por guarda.
- c. Reação alérgica ambiental simulando patologias em menores sem motivações, concentrando em exposições involuntárias para negar dolo em análises de intoxicações acidentais.
- d. Condição autoimune materna afetando fetos *in utero* sem ações pós-natais, orientando a etiologias pré-natais para desconsiderar procuração em contextos de negligências pré-parto.
- e. Fabricação de sintomas em dependente para ganhar simpatia médica, crucial para comprovar maus-tratos disfarçados e recomendar remoções judiciais em ações penais por crimes contra a infância.

68. Em uma investigação criminal de morte suspeita por envenenamento, o perito médico-legal determina a necessidade de necropsia para estabelecer a *causa mortis*, influenciando a qualificação como homicídio doloso.

A indicação legal principal para necropsia médico-legal de mortes violentas ou suspeitas é:

- a. Obrigatória em mortes não naturais ou duvidosas conforme artigo 162 do CPP (Lei nº 3.689/1941), essencial para coletar evidências toxicológicas e subsidiar inquéritos policiais em casos de simulações de suicídio.
- b. Facultativa em óbitos hospitalares com atestado médico prévio sem requisição judicial, focando em diagnósticos clínicos para excluir perícias em contextos de falecimentos por causas naturais aparentes.
- c. Limitada a exumações tardias ignorando autópsias imediatas requisitadas, priorizando desenterramentos para simplificar laudos em investigações de mortes antigas não suspeitas.
- d. Exclusiva para fins acadêmicos sem integração com processos penais, concentrando em estudos anatômicos para negligenciar causalidades em análises de cenas de crime preservadas.
- e. Condicionada a consentimento familiar independentemente de ordens judiciais, orientando a autorizações privadas para negar obrigatoriedade em contextos de disputas por heranças.

69. Durante a necropsia em um caso de homicídio por arma branca com lesões cervicais, o médico-legal adota incisão específica para preservar vestígios, afetando a reconstrução do mecanismo lesivo.

Assinale a alternativa que indica **corretamente** a técnica de incisão padrão na necropsia médico-legal, comum em investigações de traumas penetrantes.

- a. Incisão linear mediana exclusiva para abdômen ignorando regiões cervicais e cranianas, priorizando vísceras inferiores para minimizar exposições em perícias de intoxicações sistêmicas.
- b. Abordagem laparoscópica minimamente invasiva sem disseções amplas, focando em endoscopias para excluir traumas em inquéritos de mortes por causas indeterminadas.
- c. Incisão circular craniana isolada limitando a exames encefálicos não integrados, concentrando em cérebros para negligenciar tórax em análises de asfixias mecânicas.
- d. Incisão em Y de Rokitansky para acesso amplo a cavidades sem alterar lesões externas, crucial para examinar trajetórias e coletar projéteis em ações penais por lesões corporais fatais.
- e. Técnica de Virchow modificada para remoções sequenciais sem preservação de contextos, orientando a extrações isoladas para desconsiderar lesões em contextos de múltiplos traumas.

70. Em uma investigação de morte por afogamento simulado como acidente, o perito examina órgãos internos para verificar sinais vitais, impactando a distinção entre *antemortem* e *postmortem*.

O exame interno da necropsia médico-legal, aplicado à elucidação criminal, deve ser:

- a. Análise superficial de vísceras sem remoções integrais, orientando a inspeções visuais para validar causas aparentes em perícias de óbitos por submersões acidentais.
- b. Dissecção sistemática de cavidades para identificar edema pulmonar e diatomáceas, permitindo confirmar vitalidade e qualificar imersão como homicida em casos de encenações delituosas.
- c. Foco exclusivo em toxicologia sanguínea ignorando dissecções orgânicas, priorizando amostras laboratoriais para excluir vitais em inquéritos de intoxicações aquáticas.
- d. Exame limitado a radiografias pré-dissecção sem aberturas cavitárias, concentrando em imagens para negar imersões em análises de mortes por hipotermia ambiental.
- e. Investigação de lesões externas isoladas sem integração interna, direcionando a superfícies corporais para desconsiderar edemas em contextos de afogamentos secos.

71. Na necropsia de uma vítima de overdose suspeita de homicídio por administração forçada, o médico-legal coleta amostras para análises, subsidiando a identificação de substâncias letais.

A coleta toxicológica na necropsia médico-legal, frequentemente usada em investigações de envenenamentos criminosos é feita com:

- a. Análise de tecidos hepáticos isolados ignorando fluidos corporais, focando em órgãos sólidos para excluir tóxicos em inquéritos de overdoses acidentais hospitalares.
- b. Coleta de bile gástrica limitada a conteúdos digestivos não sistêmicos, concentrando em estômagos para negar distribuições em análises de intoxicações crônicas.
- c. Exame de cabelos *postmortem* sem integração com amostras agudas, orientando a análises capilares para desconsiderar overdoses em contextos de usos recreativos.
- d. Coleta de sangue femoral e vítreo para dosar tóxicos estáveis pós-morte, essencial para diferenciar consumo voluntário de forçado e qualificar dolo em processos penais por assassinato.
- e. Amostragem exclusiva de urina tardia sem correções por decomposição, priorizando fluidos periféricos para minimizar contaminações em perícias de dependências químicas não criminosas.

72. Em uma perícia de morte violenta por estrangulamento, o especialista redige o laudo necroscópico para detalhar achados, com valor probatório essencial para a acusação.

Assinale a alternativa **correta** sobre a integração conceitual do laudo necroscópico na necropsia médico-legal, aplicada à elucidação forense.

- a. Resumo superficial de achados externos sem discussões causais, permitindo narrativas breves para minimizar impactos em inquéritos de mortes por causas indeterminadas.
- b. Ênfase em fotos isoladas ignorando descrições textuais integradas, priorizando imagens para excluir conclusões em perícias de suicídios por enforcamento.
- c. Relato detalhado de lesões cervicais e petéquias com conclusões sobre mecanismo, auxiliando na comprovação de asfixia homicida e autoria em ações penais por crimes contra a vida.
- d. Laudo sigiloso não compartilhável com autoridades sem edições, concentrando em confidencialidades para agilizar processos em análises de asfixias acidentais.
- e. Análise retrospectiva sem estrutura padronizada de relatórios, orientando a opiniões subjetivas para negar causalidades em contextos de mortes múltiplas.

73. Em uma investigação criminal de morte em ambiente confinado com sinais de privação de oxigênio, o perito médico-legal classifica a asfixia para determinar intencionalidade, influenciando a qualificação como homicídio ou acidente.

A característica das asfixias em contextos forenses, enfatizando sua aplicação na elucidação de crimes violentos, é de:

- a. Acúmulo de dióxido de carbono sem evidências de obstrução respiratória, focando em hipercapnia isolada para excluir intenções em inquéritos de exposições ambientais não delituosas.
- b. Alterações circulatórias exclusivas ignorando vias aéreas obstruídas, priorizando falhas cardíacas para minimizar asfixias em análises de mortes por comorbidades crônicas.
- c. Reações alérgicas anafiláticas limitadas a *triggers* químicos não mecânicos, concentrando em edemas laríngeos para negar homicídios em investigações de intoxicações acidentais.
- d. Processos infecciosos pulmonares sem relação com privações externas, orientando a pneumonias para desconsiderar asfixias em contextos de negligências médicas hospitalares.
- e. Privação de oxigênio levando a hipóxia fatal com sinais como petéquias e cianose, essencial para diferenciar mecanismos criminosos de causas acidentais em perícias de cenas manipuladas.

74. Durante a necropsia de uma vítima com marcas cervicais em suspeita de estrangulamento, o perito classifica o tipo para inferir uso de força letal, afetando a reconstrução do *modus operandi* criminal.

Assinale a alternativa que se refere **corretamente** ao mecanismo de asfixias mecânicas, comum em investigações de violência doméstica fatal.

- a. Obstrução externa das vias aéreas por compressão ou ligadura com fraturas de hioide, crucial para identificar agressores e qualificar dolo em ações penais por feminicídio asfíxico.
- b. Inalação interna de gases tóxicos sem compressões físicas cervicais, priorizando monóxido para minimizar mecânicas em perícias de incêndios acidentais não criminosos.
- c. Submersão aquática exclusiva ignorando estrangulamentos manuais, focando em edemas pulmonares para excluir intenções em inquéritos de afogamentos recreativos.
- d. Compressão torácica isolada sem envolvimento cervicais diretos, concentrando em sufocações posicionais para negar homicídios em análises de immobilizações acidentais.
- e. Asfixias por confinamento ambiental limitadas a espaços fechados não manipulados, orientando a hipóxias hipobáricas para desconsiderar ligaduras em contextos de isolamentos.

75. Na sexologia forense, qual é o principal objetivo da avaliação de *paraphilias* em contextos legais, como em julgamentos de ofensores sexuais?

- a. Oferecer intervenções terapêuticas urgentes para todas as partes afetadas no decorrer das audiências e procedimentos judiciais em curso.
- b. Reunir amostras e provas materiais concretas obtidas imediatamente no local onde ocorreram os incidentes sob investigação.
- c. Estabelecer a preferência sexual individual como elemento único e decisivo para atribuir responsabilidade em casos criminais.
- d. Identificar padrões de comportamento sexual desviantes que possam levar a atos criminosos, aplicando princípios científicos para auxiliar decisões judiciais.
- e. Realizar diagnósticos abrangentes de condições psiquiátricas amplas que não se concentrem exclusivamente em aspectos da sexualidade humana.

76. Em uma investigação criminal de homicídio por agressão física com múltiplos traumas, o perito médico-legal analisa sinais de choque para determinar a cronologia da morte, influenciando a qualificação como dolo eventual ou culposos.

O choque, em contextos forenses, é:

- a. Uma condição de hiperperfusão local por respostas inflamatórias isoladas sem falhas sistêmicas, focando em edemas regionais para excluir cronologias em perícias de agressões não letais acidentais.
- b. Uma alteração metabólica exclusiva por desequilíbrios iônicos ignorando hipovolemias, priorizando acidoses para minimizar traumas em análises de mortes por negligências não intencionais.
- c. Uma reação vasomotora transitória por estressores psicológicos sem impactos circulatórios, concentrando em taquicardias para negar choques em investigações de violências emocionais.
- d. Uma patologia crônica endócrina induzindo hipotensões basais sem ligações traumáticas, orientando a disfunções glandulares para desconsiderar agressões em contextos de comorbidades prévias.
- e. Um estado de hipoperfusão tecidual global por falha circulatória pós-trauma, essencial para cronometrar lesões fatais e subsidiar inquéritos por homicídios com agravante de crueldade prolongada.

77. Durante a necropsia em um caso de morte hospitalar suspeita de negligência criminal após trauma, o médico-legal identifica falências orgânicas para inferir causalidade iatrogênica, afetando a tipificação como homicídio culposo.

Nesses casos, a síndrome da falência múltipla de órgãos, comum em investigações de erros médicos fatais, é caracterizada por:

- a. Reação autoimune localizada induzindo colapsos parciais sem progressões múltiplas, focando em anticorpos para excluir sepse em inquéritos de complicações pós-cirúrgicas acidentais.
- b. Disfunção progressiva de dois ou mais órgãos por resposta inflamatória sistêmica, crucial para provar sepse negligenciada e qualificar omissões em ações penais por falhas assistenciais.
- c. Falha isolada de um órgão principal por sobrecargas metabólicas não inflamatórias, priorizando insuficiências renais para minimizar sistêmicas em perícias de tratamentos inadequados não criminosos.
- d. Alteração hemodinâmica reversível por fluidos intravenosos ignorando disfunções orgânicas, concentrando em reposições para negar falências em análises de protocolos hospitalares.
- e. Patologia genética rara causando deficiências enzimáticas sem respostas inflamatórias, orientando a heranças para desconsiderar negligências em contextos de atendimentos emergenciais.

78. Em uma investigação de morte violenta por colisão veicular com suspeita de dolo, o perito suspeita de Coagulação Intravascular Disseminada (CID) para analisar complicações hemorrágicas, impactando a distinção entre causa imediata e contributiva.

A coagulação intravascular disseminada, aplicada à perícia criminal, é caracterizada pela:

- a. Inibição seletiva de fatores coagulantes por anticoagulantes exógenos não patológicos, orientando a terapias farmacológicas para validar tratamentos em perícias de acidentes não criminosos.
- b. Acumulação plaquetária localizada por lesões vasculares isoladas sem consumos sistêmicos, focando em agregações para excluir CID em inquéritos de colisões com lesões menores.
- c. Ativação patológica da cascata de coagulação levando a trombozes e hemorragias consumptivas, permitindo identificar traumas graves e fortalecer provas em casos de homicídios veiculares intencionais.
- d. Reação imunológica tardia induzindo fibrinólises excessivas, ignorando trombozes, concentrando em dissoluções para negar ativações em análises de traumas não hemorrágicos.
- e. Variação fisiológica hemostática por variações hormonais sem patologias traumáticas, direcionando a ciclos endócrinos para desconsiderar CID em contextos de mortes múltiplas.

79. Na elaboração de laudo pericial para um caso de agressão fatal com evolução para falências orgânicas, o médico-legal correlaciona estágios para determinar negligência pós-agressão, subsidiando agravantes penais.

A inter-relação entre choque e Síndrome da Falência Múltipla de Órgãos (SFMO), frequentemente usada em investigações de violências prolongadas, é de:

- a. Choque neurogênico que reverte SFMO por vasodilatações compensatórias não inflamatórias, priorizando recuperações espontâneas para minimizar evoluções em perícias de agressões não fatais.
- b. Choque hipovolêmico que progride para SFMO por isquemia multiorgânica e inflamação, essencial para cronometrar evoluções e qualificar crueldade em processos por lesões corporais graves culposas.
- c. Choque anafilático que isola SFMO em respostas alérgicas sem isquemias generalizadas, focando em histaminas para excluir progressões em inquéritos de exposições ambientais acidentais.
- d. Choque cardiogênico que limita SFMO a falhas cardíacas ignorando inflamações sistêmicas, concentrando em bombas cardíacas para negar inter-relações em análises de infartos pós-trauma.
- e. Choque distributivo que desassocia SFMO de isquemias por redistribuições vasculares, orientando a sepse precoce para desconsiderar choques em contextos de infecções não traumáticas.

80. Em uma perícia de morte por infecção pós-traumática com suspeita de homicídio por omissão, o especialista analisa a Coagulação Intravascular Disseminada (CID) para estabelecer nexo causal, afetando a tipificação como crime continuado.

A associação entre coagulação intravascular disseminada e choque séptico, aplicada à elucidação forense, é de que a:

- a. CID inibida por antibióticos em choque séptico reverte hemorragias consumptivas, permitindo tratamentos precoces para minimizar associações em perícias de infecções hospitalares acidentais.
- b. CID isolada de choque séptico por ativações virais não bacterianas, focando em viroses para excluir endotoxinas em inquéritos de comorbidades infecciosas não traumáticas.
- c. CID desencadeada por endotoxinas em choque séptico leva a falências hemorrágicas, auxiliando na comprovação de negligências e autoria em ações penais por sepse criminosa negligenciada.
- d. CID limitada a trombozes venosas, ignorando hemorragias em choque distributivo, concentrando em coágulos periféricos para negar associações em análises de embolias pós-trauma.
- e. CID dissociada de choque por mecanismos fibrinolíticos autônomos não sépticos, orientando a dissoluções espontâneas para desconsiderar infecções em contextos de traumas menores.

Utilize a grade ao lado para anotar as suas respostas.

Não destaque esta folha. Ao entregar sua prova, o fiscal irá destacar e entregar esta grade de respostas que você poderá levar para posterior conferência.



GRADE DE RESPOSTAS

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

S02 Perito Oficial Criminal • Medicina Legal (Psiquiatria)

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	

